

2017/06/22

À procura de uma nova ordem internacional

Alexandre Reis Rodrigues

A ordem internacional, em que temos vivido desde o fim da Guerra Fria, está em vias de alteração. Foi um período único, na medida em que os EUA conseguiram manter em simultâneo os papéis de potência global e de líder global - combinando superioridade militar e económica com a capacidade de apontar caminhos - sem contestação aberta de outras potências.



Charles Krauthammer, em 1990, designou esse período usando a expressão “**momento** unipolar”, porque, de facto, não era expectável que essa situação se mantivesse por muito tempo. Sempre foi considerada uma anomalia, uma ilusão, ou se preferirem um interregno na situação de multipolaridade, que será a normal.

Esta previsão só falhou num aspeto. Esperava-se que a pressão para a procura de um equilíbrio de poder que reduzisse o papel da potência hegemónica - da parte de outros países que não se identificam com os valores e com as políticas de democracia liberal - não deixaria a situação prolongar-se. Acabou por durar bastante mais do que se imaginava, mas está numa fase aparentemente final.

Digo aparentemente porque há quem¹ conclua em sentido contrário sob o argumento de que as tentativas feitas pela Rússia e China para porem termo a unipolaridade estão a fracassar. São apresentadas duas razões. Primeiro porque nem uma nem outra possuem a estabilidade social e económica necessária, muito menos o posicionamento estratégico de que beneficiam os EUA - protegidos por dois oceanos e com apenas dois vizinhos - condições necessárias para disputar a liderança global. Segundo, porque as estratégias que adotaram estão a revelar-se contraproduativas.

A estratégia russa veio dar um novo sopro de vida à NATO e incentivar a procura de uma postura mais assertiva da União Europeia, precisamente o desfecho que queria evitar. A chinesa está a conduzir a um reforço da presença americana e um estreitamento de relações com os respetivos aliados na Ásia. No seu conjunto, em vez de apressarem o fim do momento unipolar estão a produzir o efeito precisamente contrário: a prolongá-lo e a acentuá-lo.

Este raciocínio omite, no entanto, um aspeto relevante. Não tem em conta que, quer a Rússia, quer a China, conseguem hoje ter um papel no mundo que torna a resolução dos principais problemas cada vez mais dependente da sua colaboração e do seu envolvimento ativo, ou seja, que para os EUA será cada vez mais difícil atingir os seus objetivos atuando sozinhos. Tudo considerado, o quadro internacional em formação mostra de forma inequívoca que o caminho para uma ordem assente na multipolaridade, para facilitar uma maior colaboração, é irreversível.

¹ Nathan A. Sears in “China, Russia and the Long “Unipolar Moment”. How balancing failures are actually extending U.S. hegemony, 27 April 2017.

As mudanças são praticamente certas e virão a um ritmo, provavelmente, mais rápido do que se imaginava. Não porque esteja em causa a continuação do papel dos EUA como potência mundial dominante - situação de onde nenhuma outra se encontra em condições de os desalojarem - mas pela nova dinâmica introduzida pela administração Trump. Mesmo sem que tenha sido feito qualquer esforço para explicitar a visão sobre o papel tradicional dos EUA como defensor do mundo livre, não restam dúvidas que, com Trump, será adotada uma política mais nacionalista e protecionista, numa espécie de interregno de 13 sucessivas administrações em que foi assumida uma postura de líder global.²

Repor o equilíbrio perdido nas parcerias e alianças feitas durante a Guerra Fria e a adoção de uma nova fórmula de conciliar a proteção de valores com a defesa de interesses são apresentadas como as duas grandes prioridades da atual administração americana.³

Na prática, o primeiro destes dois objetivos significa que os EUA procuram deixar de ser o sustentáculo principal das organizações internacionais em que se basearam para criar e manter a atual ordem (Nações Unidas, NATO, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, etc.), anunciando cortes de financiamento ou abandono dos compromissos assumidos.

O segundo, significa que passarão a ser flexíveis nas exigências de acompanhamento dos valores tradicionais das democracias liberais e de defesa dos direitos humanos por outros países, sempre que isso seja necessário para a defesa dos interesses americanos. A forma como decorreu a visita à Arábia Saudita⁴ exemplifica, certamente bem, o que esperar desta nova orientação.

Esta política vem em prejuízo da importância de trabalhar com organizações internacionais - que Trump desvaloriza frontalmente, caso da União Europeia, por exemplo - e da necessidade de ajudar a estabelecer normas de colaboração para lidar com os problemas do mundo, como é o caso do abandono do Acordo de Paris. É o oposto da orientação de Obama que tentou preservar a ordem internacional atraindo as novas potências emergentes para uma participação mais ativa nas organizações internacionais.

Corresponde ao abandono de uma linha que tem sido considerada crucial e cada vez mais necessária para a estabilidade internacional e promoção de condições de progresso.⁵ Leva à conclusão - que não será tão exagerada como pode parecer à primeira vista - que a principal ameaça à atual ordem internacional pode vir mais de dentro do que de fora. A China, por exemplo, parece contentar-se em apenas ter mais influência e não contestar o sistema, que aliás tem servido bem o seu crescimento.

Tudo considerado não chega para termos o panorama completo do quadro internacional que está em formação, mas chega, certamente, para concluir que a Europa precisa de se preparar para alterações seguramente significativas na relação transatlântica e para uma nova ordem internacional que vai exigir-lhe, no campo da

² "Trump and the World order - The return of self-help", Stewart M. Patrick.

³ Ver discurso do secretário de Estado Rex Tillerson para os diplomatas e funcionários do seu Departamento, discurso que tem sido alvo de muitas críticas por parte dos que não concordam com a abdicação em curso do papel dos EUA como defensor do mundo livre e principal promotor e defensor dos valores da democracia liberal.

⁴ Tem sido referido, na imprensa internacional, que a Arábia Saudita detém um registo de condenações à morte por decapitação superior ao do ISIS. Não é possível confirmar a veracidade deste dado, referido por várias agências noticiosas. É, no entanto, factual que a Arábia Saudita em 2015 executou 157 condenações por decapitação, o segundo maior número desde 1995, em que foram executadas 192.

⁵ "Will the Liberal Order survive? - The history of an idea", Joseph S. Nye.

política externa e da segurança e defesa, bem mais do que teve que dar nas últimas três décadas.